

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01.01/2023 MUNICÍPIO DE CURIÚVA - ESTADO DO PARANÁ

### CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

**DATA: 05/11/2023**

#### LEIA AS INSTRUÇÕES:

- ✓ Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 4(quatro) alternativas (a, b, c, d) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- ✓ No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em ata;
- ✓ Você dispõe de **4 (quatro)** horas para fazer a prova objetiva;
- ✓ Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- ✓ Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- ✓ Não é permitido durante a realização da prova o uso de aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc..., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas;
- ✓ É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- ✓ Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- ✓ Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- ✓ Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de provas;
- ✓ A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- ✓ Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

---

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30						

CONCURSO PÚBLICO EDITAL  
Nº 01.01/2023  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA  
ESTADO DO PARANÁ

**1. “Seu pedido já está pronto, senhora”.**

**Sobre a vírgula que separa o termo senhora é correto afirmar que:**

- a) A vírgula foi empregada corretamente, pois separa, na oração, o vocativo.
- b) A vírgula foi mal empregada, pois separa o sujeito da oração do verbo.
- c) A vírgula foi bem empregada, pois, nesse caso, seu uso é facultativo.
- d) A vírgula foi mal empregada, pois não se separa o aposto do termo a que se refere.

**2- Leia o texto e responda às questões.**

**A origem do nome**

...Sabe de onde vem a palavra Amazônia? De Amazonas, nome dado pelo explorador espanhol Francisco de Orellana ao rio que ele percorreu em 1541. À época, Orellana viajou pelo rio e afirmou ter combatido um grupo formado só por índias. Não se sabe se isso ocorreu realmente, mas o fato é que o espanhol, ao contar essa história, comparou as indígenas às amazonas, mulheres guerreiras que, diz a lenda, viviam as margens do Mar Negro, localizado entre Europa e Ásia. Depois do rio, o nome Amazonas batizou a região e, a seguir, o estado que se formou. Ao receber a terminação “ia”, formou a palavra que dá nome à floresta: Amazônia. -

Revista “Ciência Hoje das Crianças”. Edição 179.

Disponível em: <<http://capes.cienciahoje.org.br>>.

“[...] viviam as margens do Mar Negro [...]”, com relação à expressão em destaque indique a alternativa correta:

- a) A expressão está correta segundo a norma padrão da Língua Portuguesa.
- b) A expressão está correta, mas deveria estar entre vírgulas.
- c) A expressão está incorreta, pois o verbo deveria estar no singular.
- d) A expressão está incorreta, pois exige-se o acento indicativo de crase “às margens”.

**3- Leia o trecho:**

“Não se sabe se isso ocorreu realmente, mas o fato é que o espanhol, ao contar essa história, comparou as indígenas às amazonas, mulheres guerreiras que, diz a lenda, viviam as margens do Mar Negro, localizado entre Europa e Ásia.”

**A conjunção em destaque estabelece a relação de:**

- a) Oposição.
- b) Alternativa.
- c) Conclusão.
- d) Explicação.

**4- Assinale a alternativa incorreta em relação à regência verbal, segundo a norma culta da Língua Portuguesa:**

- a) A ausência da mãe custou ao filho.
- b) A sua desconfiança procede de situações anteriormente vivenciadas.
- c) Após muitos investimentos, visamos o sucesso.
- d) Aspirou ao cargo de diretor.

**5. Indique a opção correta, no que se refere à concordância verbal/nominal, de acordo com a norma culta:**

- a) Fazem muitos anos que meus pais não vem aqui.
- b) Choveram pedaços de granizo ontem à noite.
- c) Haviam muitos candidatos inscritos, mas poucos compareceram.
- d) Seus apertes eram sempre o mais interessantes possíveis.

6. Ao resolver a inequação  $\frac{x-3}{x^2-8x+15} \leq 0$ , tenho como resposta:
- $x \in R / x \leq 5$  e  $x \neq 3$
  - $x \in R / x < 5$
  - $x \in R / x \neq 3$
  - $x \in R / x < 5$  e  $x \neq 3$
7. Qual a taxa mensal de um capital aplicado por dois anos, para render juros equivalente ao dobro do capital? (considere:  ${}^{24}\sqrt{2} = 1,03$ ;  $\sqrt[2]{2} = 1,41$ )
- 3% a.m.
  - 4% a.m.
  - 5% a.m.
  - 6% a.m.
8. Ao resolver o sistema  $\begin{cases} y + 3z = 1 \\ 1x + 2y + 4z = 0 \\ 2x + 3y + 5z = 0 \end{cases}$ , classificamos como:
- Sistema Possível Determinado.
  - Sistema Possível Indeterminado.
  - Sistema Impossível.
  - Sistema de equação do 3º grau.
9. Considere as afirmações:
- $C_{n,p} = C_{n,n-p}$
  - $A_{n,p} = A_{n,n-p}$
  - $C_{n,p} = \frac{A_{n,p}}{p!}$
- Assinale a alternativa correta abaixo:
- Somente a I está correta.
  - Somente a I e II estão corretas.
  - Somente a I e III estão corretas.
  - Somente a II e III estão corretas.
10. A figura que tem quatro lados iguais é chamado:
- Todo quadrado é um caso especial de retângulo.
  - Todo retângulo é um caso especial de quadrado.
  - Toda figura que tem quatro lados iguais sempre é chamada quadrado
- Somente a I está correta.
  - Somente a I e II estão corretas.
  - Somente a I e III estão corretas.
  - Somente a II e III estão corretas.
11. Qual função do MS-Excel é responsável por retornar verdadeiro se todos os seus argumentos forem verdadeiros?
- Função SE.
  - Função FALSO.
  - Função LET.
  - Função E.

12. Assinale a alternativa que corresponda ao nome do componente de computador representado abaixo



- a) Cooler.
- b) Processador.
- c) Placa de vídeo.
- d) Gabinete.

13. Das alternativas abaixo, qual corresponde a um exemplo de navegador de internet?

- a) Yahoo!.
- b) Ask.
- c) Bing.
- d) Mozilla Firefox.

14. O atalho Ctrl + 9, quando utilizado no Google Chrome é responsável por:

- a) Ir para a última guia à direita.
- b) Abrir a próxima página do histórico de navegação na página atual.
- c) Fechar janela atual.
- d) Acessar uma guia específica.

15. São exemplos de compactadores de arquivos, EXCETO:

- a) Winrar.
- b) Winzip.
- c) Encode.
- d) ARJ.

16. Os princípios jurídicos podem ser definidos como um conjunto de padrões de conduta, presentes, explícita ou implicitamente, no ordenamento jurídico. Assim como as regras, os princípios também são normas, logo, devem igualmente serem observados e respeitados. Desta forma, o Direito Tributário é regido por princípios que regulam e limitam a tributação. Considerando tais informações e o que regem tais princípios tributários, assinale a opção correta:

- a) A legalidade é a base da atividade tributária, sendo a instituição, majoração e extinção dos tributos feitas, em regra, por Lei Complementar.
- b) Embora seja a legalidade a base de todo o sistema tributário, há circunstâncias em que pode haver a mitigação dessa regra, como no caso do ICMS que incide sobre os combustíveis, cujas alíquotas podem ser reduzidas e restabelecidas pelo poder executivo.
- c) A norma legal de determinado ente que alterar o prazo de recolhimento do tributo deve respeitar o princípio da anterioridade.
- d) Para os tributos municipais, existe apenas uma exceção à anterioridade nonagesimal que é a alteração da alíquota do IPTU.

17. A relação jurídico-tributária tem seu início com a ocorrência do fato gerador, que é a materialização da hipótese de incidência, com previsão em lei e apto a dar início a tal relação. Considerando o que dispõe a Lei, em especial o Código Tributário Nacional, sobre a obrigação e o crédito tributário, além de outras discussões a ele vinculadas, assinale a alternativa correta:

- a) Quando a empresa for dissolvida de forma irregular ou regular, a responsabilidade pelo crédito tributário será dos sócios, assim como nos casos de infração a Lei.
- b) A suspensão do crédito tributário ocorre nas situações elencadas no art. 151, do CTN, suspendendo o prazo prescricional, cuja contagem é iniciada do zero depois de a suspensão terminar.
- c) No crédito tributário, o lançamento por declaração, como no caso do IPTU, ocorre quando é feito de modo concomitante pelo Fisco e pelo contribuinte, sendo dever deste declarar os dados necessários para efetivar o lançamento.
- d) Conforme previsto no art. 175, do CTN, são causas de exclusão do crédito tributário a isenção e a anistia, porém, a exclusão do crédito não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

**18. O regime federativo brasileiro está regido pela Constituição Republicana, que estabelece as competências da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Com base nas competências atribuídas pela Constituição, incumbe aos entes políticos estabelecer as regras que instituem os tributos. Tendo em vista o que estabelece o Sistema Tributário Nacional e as competências tributárias, assinale a opção correta:**

- a) A Constituição cria tributos e confere poderes aos entes federativos para instituírem os tributos por meio de suas respectivas leis.
- b) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) De modo geral, a competência tributária é indelegável, mas as funções de arrecadação e fiscalização integram o conceito de capacidade tributária ativa e constitui atribuições delegáveis de um ente a outro.
- d) É permitido, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dispor por lei ordinária sobre matérias relacionadas a crédito tributário.

**19. Veja as opções abaixo:**

- I – São duas as bases de incidência na importação de produtos mediante contrato de arrendamento mercantil: a prestação de serviço e a própria importação.
- II – No caso de benefício previdenciário pago em atraso e acumuladamente, é legítima a cobrança do Imposto de Renda com parâmetro no montante global pago de forma extemporânea.
- III – É legítima a incidência do ITCD no inventário por morte presumida.
- IV – Há ofensa ao princípio da não cumulatividade quando a legislação estadual não autoriza a compensação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao consumo e ao ativo fixo do contribuinte com os débitos decorrentes.

**Estão corretas as alternativas:**

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I e IV
- d) II e III

**20. O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos se faz de maneiras variadas, por órgãos diversos e em momentos distintos. Feitas tais considerações, assinale a opção correta:**

- a) O Chefe do Poder Executivo não pode exercer o controle de constitucionalidade de forma preventiva.
- b) O Tribunal de Contas não pode apreciar a constitucionalidade de leis e atos do poder público no exercício de suas atribuições.
- c) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido pelos Poderes Judiciário e Executivo.
- d) O controle preventivo de constitucionalidade tem por objeto leis e atos normativos em formação, sendo exercido em regra, pelas comissões de constituição e justiça no Poder Legislativo.

**21. Os Estados Federados são organizações jurídicas parciais dotadas de autonomia conforme previsto na Constituição Republicana. Sabendo que a Constituição atribuiu aos Estados membros capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Na federação, a autonomia dos Estados-membros é a regra geral.

- b) Os Estados federados são regidos por leis próprias, elaboradas conforme o processo legislativo estabelecido na Constituição própria.
- c) O Poder Legislativo no âmbito dos Estados-membros possui estrutura bicameral.
- d) No caso de vacância dos cargos de Governador e vice, as Constituições Estaduais possuem autonomia para estabelecer as regras para novas eleições.
- 22. Os municípios possuem autonomia organizatória, legislativa e administrativa de governo, o que também ocorre nos Estados e na União. A condição de ente federativo foi conferida aos Municípios pela Constituição Republicana de 1988. Feitas tais afirmações, e considerando o que dispõe a Constituição sobre o tema, assinale a alternativa correta:**
- a) Os vereadores gozam da mesma imunidade conferidas aos parlamentares federais e estaduais.
- b) Quanto à prerrogativa de foro, podem as Constituições estaduais atribuir competência originária, para julgamento de crimes de vereadores, ao Tribunal de Justiça.
- c) A fiscalização do Município será exercida pelos Tribunais de Contas dos Estados, com o auxílio da Câmara Municipal.
- d) As contas dos Municípios ficam à disposição dos contribuintes, para exame e apreciação, porém, é vedado o seu questionamento, cuja competência será exclusiva da Câmara Municipal.
- 23. O Poder Judiciário exerce, assim como o Legislativo e o Executivo, funções típicas e atípicas. Acerca desta informação, é INCORRETO afirmar que:**
- a) Por apresentar sempre o mesmo conteúdo e finalidade, o Poder Judiciário é uno e indivisível.
- b) Como função atípica, elabora os seus regimentos internos.
- c) Como função administrativa, realiza a organização de secretarias e serviços auxiliares.
- d) A concessão de licença, férias e outros afastamentos a seus membros é função típica do Judiciário.
- 24. O Poder Legislativo foi criado na Inglaterra, durante a Idade Média, com o fim de limitar o poder do Rei. Na esfera federal, a Constituição Brasileira incorporou o sistema bicameral federativo, sendo composto por 02 (duas) casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Tendo em vista o que trata a Constituição acerca do Poder Legislativo e de suas Casas, assinale a opção correta:**
- a) A função jurisdicional foi conferida ao Senado, cabendo-lhe processar e julgar nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República.
- b) O Senado Federal é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, maiores de 30 (trinta) anos.
- c) A composição das Comissões Parlamentares de Inquérito será criada pela Câmara e pelo Senado, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito terão prazo indeterminado de duração.
- 25. Veja as opções abaixo:**
- I – A União possui competência para atuar tanto em nome próprio como em nome da federação.**
- II – União e República Federativa do Brasil são a mesma pessoa jurídica.**
- III – A Constituição veda que a União autorize os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa.**
- IV- A União não possui competência tributária exclusiva, cabendo aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal de modo concorrente a instituição de tributos.**
- Estão corretas as alternativas:**
- a) II, apenas.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, apenas.
- 26. No Direito Administrativo é de suma importância o estudo dos princípios, vez que inspiram o modo de agir de toda Administração Pública. O estudo destes princípios que norteiam a atuação estatal é o que se denomina de Regime Jurídico Administrativo. Feitas tais observações, assinale a opção correta:**

- a) O princípio da legalidade, ou princípio da reserva legal, determina a aplicação de uma espécie normativa à atuação definida no texto constitucional.
- b) O promotor “A”, ao nomear o irmão do Juiz “B” para exercer função em seu gabinete e, em troca, o Juiz “B” nomear o irmão do promotor “A” para ser seu assessor não configura violação ao princípio da impessoalidade.
- c) Os princípios do contraditório e da ampla defesa possuem ampla aplicabilidade no Direito Administrativo.
- d) Para rever os seus atos, a Administração Pública precisa ser provocada, não se aplicando dessa forma o Princípio da Autotutela.

**27. A organização administrativa nada mais é do que a estruturação do Estado e o seu estudo refere-se ao conhecimento de pessoas, entidades e órgãos que irão executar a função administrativa com o fim de formar a estrutura administrativa do Estado. Acerca do estudo da organização administrativa e o que a Lei trata a seu respeito, escolha a alternativa correta:**

- a) Enquanto a descentralização se encarrega da distribuição interna de competências entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica, a descentralização se dá entre pessoas jurídicas diversas como, por exemplo, a outorga.
- b) O órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e indireta e possui personalidade jurídica e autonomia, gozando de capacidade processual ativa.
- c) É possível afirmar que o controle exercido entre os entes da Administração Direta e Indireta se dá de modo hierárquico.
- d) As autarquias não gozam de imunidade tributária no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

**28. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar que:**

- a) Todo ato praticado pela Administração Pública é ato administrativo.
- b) Toda atuação do ente estatal está vinculada à lei.
- c) A lei permite a delegação de competências, ainda que algumas delas sejam definidas como exclusivas.
- d) Motivo e motivação do ato administrativo são sinônimos.

**29. É sabido que tanto na jurisprudência como na doutrina, é pacífico o entendimento sobre a responsabilização do ente público quanto aos danos que seus agentes causam a particulares. Portanto, considerando o que o direito brasileiro trata a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a opção INCORRETA:**

- a) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e suas prestadoras de serviço independe da comprovação dos elementos subjetivos.
- b) A responsabilização do ente público se configura objetiva, mas seus agentes respondem apenas de forma subjetiva.
- c) É permitido à vítima que sofreu prejuízos cobrar diretamente do agente público ao invés de cobrar do Estado.
- d) A exclusão do nexo causal é suficiente para afastar a responsabilidade do Estado.

**30. Analise as opções abaixo:**

- I – Servidor comissionado é aquele contratado para atender, de modo excepcional e não permanente, as necessidades do poder público.
- II - Tanto os servidores públicos celetistas como os estatutários possuem vínculos de natureza legal e todos os seus direitos e obrigações decorrem de lei.
- III – Função pública é o conjunto de atividades atribuídas a um cargo ou emprego público.
- IV – Para se adquirir estabilidade no serviço público, é necessário a comprovação de três anos de efetivo exercício ou aprovação em avaliação especial de desempenho.

**Estão corretas as alternativas:**

- a) III e IV.
- b) III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I e II.